

Técnicos de nível médio

por Victor Abramo

Novos desafios para um Brasil mais competitivo

Ampliação, modernização e interiorização dos programas de capacitação são armas da indústria para combater o gargalo criado pela baixa escolaridade da mão-de-obra disponível no país.

A moderna indústria de petróleo e gás, petroquímica, construção naval e *offshore* é implacável quando se trata da qualificação dos profissionais que pretendem atuar no setor. Não basta exibir o certificado de conclusão de um dos muitos cursos voltados para a área. É preciso estar preparado para manipular a última palavra em tecnologia. E isso vale tanto para os executivos que exercem cargos que exigem formação superior, quanto para os trabalhadores que ocupam postos com formação de Ensino Médio.

Tal nível de exigência acontece dentro de um cenário que evolui e se modifica numa velocidade espantosa, e que ao longo dos anos vem transformando nossas instituições de ensino técnico numa espécie de museu de grandes novidades. Ou seja: o que hoje é *top* de linha amanhã provavelmente já foi superado. Nesta selva tecnológica só sobrevivem os que estão preparados para se adaptar imediatamente às mudanças, assim como algumas espécies acabam desenvolvendo características ditadas por mudanças climáticas e outros danos causados ao ecossistema pelo desenvolvimento não sustentável.

É justamente na precária formação profissional básica que, hoje, se encontra um dos mais perigosos "gargalos" (termo da moda para designar tudo o que impede o desenvolvimento) já identificados pela indústria nacional. Recentemente, a Petrobras foi obrigada a reduzir o nível de exigência em geral adotado para a contratação de mão-de-obra em seus empreendimentos – isso aconteceu no cadastramento de interessados para a construção da Refinaria Abreu e Lima, no Recife. E a decisão foi tomada a partir do momento em que os responsáveis pelo recrutamento perceberam que a grande maioria dos candidatos não havia concluído sequer o Ensino Fundamental.

No âmbito federal são muitas as iniciativas ligadas à capacitação de trabalhadores, mas essa enorme sucessão de siglas se revela pouco ou nada eficiente diante do costumeiro abandono de projetos a meio caminho, por causa da troca de governantes e, conseqüente-

O PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA A NOVA INDÚSTRIA É UMA RESPOSTA AO DESAFIO DE ELEVAR A OFERTA DE OPORTUNIDADES PARA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DO MERCADO.



Armando Monteiro Neto,
presidente da CNI

Foto: Divulgação CNI





mente, de programas de governo. Dessa forma, não há continuidade e muito menos atualização constante das técnicas ensinadas aos jovens aprendizes. No troca-troca de letrinhas, metodologias e objetivos, o resulta-

do é que a grande maioria de nossos cursos técnicos está ultrapassada, obsoleta e inoperante.

A disfunção que atinge a mão-de-obra qualificada se verifica de forma mais intensa no nível técnico. Isso porque, para car-

gos que exigem nível superior, diante da dificuldade de encontrar pessoas com os perfis desejados, sempre resta a saída da importação de mão-de-obra capacitada. Muitas empresas se encarregam exclusivamente de localizar tais profissionais no mercado internacional e dos trâmites legais para que possam trabalhar no país.

No andar de baixo, a coisa é diferente, mas a situação já chegou a tal ponto que os responsáveis por um grande empreendimento ligado à siderurgia no Rio de Janeiro chegaram a cogitar a vinda de 300 operários chineses para trabalhar na planta industrial. A operação só não se concretizou por causa da reação imediata de grupos ligados aos direitos humanos e sindicalistas, não necessariamente nessa ordem.

Competitividade em ritmo lento

O BRASIL POSSUI um dos piores índices de competitividade entre os 43 maiores países do mundo. Esta é a principal conclusão do Índice de Competitividade (IC) de 2007 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), divulgado no início de outubro pela instituição. Entre os países analisados, o Brasil ficou na 38ª colocação, com 17,4 pontos em

cem possíveis, e só ficou na frente de Filipinas, Turquia, Colômbia, Índia e Indonésia.

De acordo com José Ricardo Roriz Coelho, diretor-geral do Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decontec) da Fiesp, a má colocação do Brasil não significa que o país não avança em sua competitividade, e sim que os outros países o fazem de forma muito mais acelerada. “Podemos estar avançando, mas a maioria dos países evolui em um ritmo mais acelerado”, explicou.

Educação para a Nova Indústria

Numa tentativa de reverter esse quadro, o empresariado brasileiro lançou, via Confederação Nacional da Indústria (CNI), o programa Educação para a Nova Indústria, que prevê investimentos de R\$ 10,4 bilhões na educação básica e profissional de 16,2 milhões de brasileiros nos próximos quatro anos. Os recursos serão aplicados de 2007 a 2010 na ampliação e modernização da rede de escolas e laboratórios, no treinamento e atualização de professores e na revisão dos conteúdos dos cursos promovidos pelo Serviço Social da Indústria (Sesi) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

“O programa é uma resposta da indústria ao desafio de aumentar a oferta de oportunidades para a formação de profissionais

que atendam aos requisitos do mercado de trabalho, e está sintonizado com o Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015”, diz o presidente da CNI, Armando Monteiro Neto. No documento, que traduz a visão do setor produtivo sobre o futuro do país, os empresários destacam que a educação de qualidade é fundamental para a expansão das empresas e o aumento da competitividade da economia brasileira no mercado globalizado.

Tão ou mais importante quanto investir R\$ 10,4 bilhões num audacioso programa de educação básica e qualificação profissional com alcance nacional, a decisão da Confederação Nacional da Indústria (CNI) de ampliar e modernizar a rede de escolas e laboratórios de treinamento, e rever o conteúdo dos cursos promovidos pelo sistema, reafirma os

princípios que motivaram a criação, em 1942, do Senai, instituição que nos últimos 65 anos preparou cerca de 43,2 milhões de brasileiros para o trabalho. A iniciativa inclui ainda a capacitação dos docentes, técnicos e gestores em tecnologia.

Hoje, 406 escolas fixas e 301 unidades móveis espalhadas pelo Brasil atendem mais de dois milhões de trabalhadores por ano. Atuando na educação básica, o Serviço Social da Indústria (Sesi) mantém escolas em 2.006 municípios, e recebe 1,5 milhão de matrículas ao ano para cursos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio; Educação do Trabalhador e Educação Continuada. A modernização preconizada pelo programa Educação para a Nova Indústria tem na atualização do corpo docente e na revisão de conteúdo (leia-

Jaraguá 50 anos fornecendo equipamentos para a indústria brasileira.

Desde 1957, a Jaraguá oferece os melhores equipamentos para o segmento de Óleo e Gás. Sua capacidade de produção, aliada a alta tecnologia e flexibilidade para desenvolver projetos específicos, permitem à Jaraguá fornecer desde um único equipamento até plantas completas para os mais variados setores da indústria.

Esta coluna propenizadora, com 98 metros de comprimento, 4,7 metros de diâmetro e pesando aproximadamente 800 toneladas, é um exemplo. Feita para a Revap, Petrobrás, é uma das maiores colunas já fabricadas no Brasil.

Venha participar da nossa história.



Tel.: 15 2102-9000
www.jaraguaequipamentos.com



ASSIM COMO A EDUCAÇÃO CONTRIBUI PARA O AVANÇO DA INDÚSTRIA, ESTA RETRIBUI PROMOVENDO MUDANÇAS NO AMBIENTE EDUCATIVO.



Armando Monteiro Neto,
presidente da CNI

se novas tecnologias) seus principais pilares.

A experiência do Sesi e do Senai com educação formal e profissional foi decisiva para a constru-

ção do programa Educação para a Nova Indústria, que reúne e pretende aperfeiçoar o trabalho realizado pelas duas instituições. "O programa é uma resposta da indústria aos desafios que se colocam para o Brasil", diz o presidente da CNI, Armando Monteiro Neto, lembrando que a implantação do projeto significará um incremento de cerca de 30% no atendimento à educação profissional.

Visão estratégica para 2007-2015

Documento que traduz a visão do setor produtivo sobre o futuro do país, o Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, elaborado pela CNI, mostra que os empresários consideram a educação de qualidade a base fundamental para a expansão das empresas.

De acordo com o estudo, nos últimos anos observa-se uma elevação da exigência de escolaridade no perfil da força de trabalho para todos os setores da indústria. Tal tendência aparece com mais nitidez nas atividades com maior intensidade tecnológica, como de extração de petróleo e fabricação de máquinas e equipamentos eletrônicos, quando cerca de 85% das contratações são destinadas a pessoas com nível médio e superior.

"Pesquisas recentes confirmam que trabalhadores com maior grau de escolaridade têm mais chances de encontrar emprego, porque estão mais bem preparados para absorver novas tecnologias e promover nas empresas um ambiente de conhecimento e criatividade", acrescenta o presidente da CNI.

OIT aponta queda na produtividade

NO ÚLTIMO RELATÓRIO Indicadores-Chave do Mercado de Trabalho divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil ficou ainda mais distante dos países desenvolvidos e até de emergentes em um dos principais indicadores que medem a eficiência da economia: entre 1980 e 2005, a produtividade por trabalhador caiu 2,7% no país, enquanto a dos Estados Unidos aumentou 57% e dobrou nos últimos dez anos na China.

O documento aponta ainda que o valor agregado por trabalhador (que mede quanto cada empregado acrescenta na etapa de produção) no Brasil caiu de US\$ 15,1 mil em 1980 para US\$ 14,7 mil em 2005, enquanto na China cresceu em média 5,7% ao ano de 1980 a 2006. Nos últimos dez anos, o

valor agregado por trabalhador chinês passou de US\$ 6,3 mil em 1996 para US\$ 12,5 mil em 2006, e nos países do leste europeu cresceu 53% no período de 1996 a 2006.

A pesquisa constata que a liderança do *ranking* continua com os Estados Unidos, onde a produção por trabalhador passou de US\$ 41,6 mil em 1980 para US\$ 63,8 mil em 2006. Em segundo lugar, ainda de acordo com a OIT, vem a Irlanda, com US\$ 55,9 mil produzidos por empregado. Na comparação por hora trabalhada, porém, quem lidera a estatística é a Noruega, com US\$ 37,99 pagos por hora, contra US\$



Foto: Divulgação Rolls-Royce

35,63 nos Estados Unidos. Segundo o relatório, a produtividade por trabalhador caiu de 1980 a 2005 em metade dos países da América Latina. Em 2005, cada venezuelano produziu o equivalente a 42% do que produziu um trabalhador nos Estados Unidos. Em 1980, a proporção chegou a 77%.

Na comparação com os EUA, a produtividade brasileira registrou queda ainda mais expressiva, passando de 36,5% do obtido pelos americanos, em 1980, para 23,5%, 25 anos depois. Na indústria, a produção por empregado no Brasil caiu de US\$ 7,1 mil para US\$ 5,9 mil entre 1980 e 2005. Isso representa apenas 5% do nível de produtividade industrial dos Estados Unidos. Em 1980, essa proporção estava em 19%.



Diz o estudo que o setor produtivo requer trabalhadores cada vez mais capacitados e qualificados, e disso decorre a necessidade de identificar quais os perfis profissionais desenhados para atender às novas demandas da indústria. “O processo não é estante, mas de grande sinergia. Assim como a educação contribui para o avanço da indústria, esta retribui promovendo mudanças no ambiente educativo”, frisa Monteiro Neto na apresentação do trabalho.

Inovações facilitam acesso

Para democratizar o acesso aos cursos ligados ao projeto Educação para a Nova Indústria, a CNI pretende reforçar os programas Senai 24 Horas e Senai Itinerante, que funcionam em horários e locais especiais. Segundo os responsáveis pela iniciati-

va, nos locais onde houver demanda, condições de segurança e transporte, as unidades escolares podem oferecer cursos em horários e dias não convencionais, atendendo dessa forma os segmentos populacionais que não podem frequentar salas de aula entre 8h e 22h.

Através de educação à distância, durante 24 horas e sete dias por semana os cursos de educação profissional estarão disponíveis para alunos que trabalham e precisam se manter atualizados para melhorar o rendimento nas empresas ou encarar novos desafios profissionais.

Diante da diversidade de demandas, o projeto também pretende lançar mão do programa Senai Itinerante como suporte físico e pedagógico, combinado com a educação à distância, por meio de ações móveis compre-

endendo unidades e kits didáticos. A intenção é dar uma resposta ao movimento de interiorização da indústria, aos arranjos produtivos locais e aos novos pólos de desenvolvimento regional.

Mudança de rumo e despreparo

Na direção oposta à exigência de melhor preparo da mão-de-obra, o estudo realizado pela CNI aponta como um dos principais limitadores do crescimento do país o baixo nível de escolaridade de nossa força de trabalho. Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), instrumento do Ministério do Trabalho e Emprego para medir o nível de escolaridade do trabalhador brasileiro, de um total de 7,8 milhões de empregados na indústria, 4,8 milhões (61%) não possuem educação básica com-

pleta. Destes, nada menos do que 2,4 milhões não completaram o Ensino Fundamental.

O trabalho encomendado pelos empresários também identificou o aparecimento de novas regiões industriais em função da maior mobilidade do capital produtivo, e, conseqüentemente, maior crescimento das taxas de emprego industrial em espaços geográficos onde até os anos 1990 a indústria não tinha presença significativa. Isso, aponta a pesquisa, reforça a necessidade urgente de formação de recursos humanos, tendo como pano de fundo a previsão de uma demanda adicional de 1 milhão de empregos até 2010, dos quais cerca de 400 mil serão técnicos com diferentes formações.

Esta mudança de rumo do desenvolvimento vem revelando situações altamente preocupantes.

Em setembro, a grande imprensa registrou que a Petrobras foi obrigada a reduzir as exigências contratuais para garantir mão-de-obra local na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. O primeiro grande desafio para consumir o empreendimento que exigirá investimentos totais de US\$ 4,05 bilhões apareceu logo na fase inicial da obra, quando serão aplicados R\$ 400 milhões em terraplenagem.

Das 1.028 vagas que devem ser preenchidas até dezembro deste ano, muitas são destinadas à contratação de pedreiros e serventes apenas alfabetizados, o que não traz nenhum problema. Mas a dificuldade aparece quando se trata da contratação de técnicos para operar máquinas de última geração, como as utilizadas na terraplenagem do terreno e que exigem o Ensino Médio completo.

Mesmo com a Agência do Trabalho estadual buscando profissionais em todo o estado – na primeira fase deveriam ser priorizados candidatos de Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada, cidades vizinhas ao Porto de Suape, onde está sendo erguida a obra – o número de candidatos ficou muito longe das 334 vagas disponíveis.

Dentro das contrapartidas oferecidas pela Petrobras para receber incentivos fiscais do município, a empresa se comprometeu a realizar 4,8 mil atendimentos nas áreas de capacitação profissional, inclusão social e geração de emprego e renda em Ipojuca durante a construção da refinaria. Além dos projetos de apoio social já acertados, o município ainda negocia com a estatal a construção de escolas públicas e de um hospital.



Geveke Pompen
Barajasweg 60
NL-1043 CP Amsterdam
P.O. Box 820
NL-1000 AV Amsterdam
The Netherlands
T +31 (0)20 582 9111
F +31 (0)20 582 2490



geveke
pompen

Equipamentos para produção fixa e flutuantes

- Sistema de injeção químicos
- Sistema de injeção methanol
- Estantes de distribuição químicos
- Sistema de geração N₂
- Sistema para secar ar

Equipamentos fornecidos para:

- P-37
- P-53
- Marlim Sul
- Capixaba
- Cidade de Vitória
- Cidade do Rio de Janeiro
- Polvo
- Espírito Santo BC-10



packages@geveke-pompen.nl

www.geveke-pompen.nl

PNQP ataca principais carências

Considerada uma ação estratégica dentro do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP) foi criado para reduzir a escassez de mão-de-obra especializada em categorias profissionais ligadas ao setor de petróleo e gás. Nos próximos dois anos estão previstos investimentos da ordem de R\$ 300 milhões na capacitação de 112 mil profissionais.

O objetivo do plano – que está sendo implementado em cinco ciclos – é capacitar estes profissionais em dois anos por meio de cursos gratuitos ou com custos compartilhados com empresas do setor, prestadoras de serviço e fabricantes de peças e equipamentos. No primeiro ciclo de seleção pública, realizado em meados de 2006 em dez estados (Amazonas, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo), foram oferecidas 11.040 vagas para cursos de ní-

1º ciclo Vagas oferecidas					
Básico	Médio	Técnico	Inspetor	Superior	Total
2.190	2.850	600	1.350	4.050	11.040
2º ciclo Vagas oferecidas					
Básico	Médio	Técnico	Inspetor	Superior	Total
9.789	7.185	622	2.637	2.748	22.981

vel básico, médio, técnico, inspetor e superior.

Nesta primeira fase, a pequena procura pelos cursos de nível básico, médio e técnico surpreendeu os responsáveis pela implementação do programa: das 2.155 vagas oferecidas, somente 132 foram preenchidas em todo o país. Na época tal comportamento foi creditado à incerteza do empresário quanto a contratações para grandes empreendimentos da Petrobras.

No primeiro semestre deste ano foi implementado o segundo ciclo do PNQP, destinado a candidatos dos níveis básico, médio, técnico, inspetor e superior, sendo oferecidas 22.981 vagas em 14 estados do país (Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Para-

ná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo). Sinal de que o gargalo está na base, o número de vagas destinadas aos níveis básico e técnico pulou de 5.040 para 16.974. O terceiro, quarto e quinto ciclos deverão ser implantados no primeiro semestre de 2008, segundo semestre de 2008 e primeiro semestre de 2009, respectivamente.

Emprego

Embora tenha origem em uma demanda do setor petrolífero e, em grande parte, da própria Petrobras, é importante ressaltar que a mão-de-obra qualificada pelo PNQP não será contratada pela estatal, mas por empresas que prestam serviços à estatal e outras operadoras do setor de pe-

Sime do Brasil - Qualidade, Rapidez e Desempenho Assegurados.



Sime do Brasil, excelência no projeto, fabricação e comercialização de sistemas de freios, embreagens industriais, atuadores eletromecânicos e grampos de ancoragem.

A SIME DO BRASIL, oferece ainda ao mercado serviços de start-up e de reforma de freios em geral.

Sime do Brasil Indústria e Comércio Ltda.
 PABX: (11) 4894-7300
 Fax: (11) 4894-7329
 Consulte nossos catálogos
www.sime.com.br vendas@sime.com.br

SIME DO BRASIL® GRUPO VULCAN
 SQQ ISO 9001:2000
 Reg. Nº 21968 QN

tróleo e gás natural. Os alunos que finalizarem os cursos estarão qualificados em uma categoria profissional que foi mapeada como necessária em determinada região. Não há garantia direta de emprego para esses alunos, mas o que se espera é que as chances de serem absorvidos pelo mercado de trabalho aumentem em virtude de sua especialização e em decorrência da demanda do setor naquela região.

Demanda de profissionais

Tomando por base a carteira de investimentos do setor de petróleo e gás natural, o Prominp mantém atualizado um diagnóstico de demanda de profissionais necessários na implantação destes projetos. Neste diagnóstico, foi constatado que a demanda de pessoal requerida pelos empreendimentos previstos para o setor de petróleo e gás era maior que a disponibilidade destes profissionais no mercado. Diante desta constatação foi definida a criação do PNQP, uma espécie de extensão do Prominp, com uma meta nada modesta de realizar a qualificação de cerca de 112 mil profissionais especializados em



categorias profissionais consideradas críticas pelo mercado.

Investimentos

Os investimentos previstos ao longo dos próximos dois anos para qualificar cerca de 112 mil profissionais em 17 estados da Federação, nos quais ocorrerão os projetos de investimentos planejados para o setor, são da ordem de R\$ 300 milhões. Estão previstos cerca de 900 cursos di-

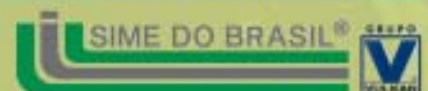
ferentes e 6.400 turmas, envolvendo uma estrutura composta por cerca de 80 entidades de ensino de todo o país. Os estados onde serão realizados os cursos são Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

30/11/2007



*A Sime está completando 20 anos.
Obrigado a todos que fizeram e que fazem parte desta história.*

PABX: (11) 4894-7300 F A X: (11) 4894-7329
www.sime.com.br vendas@sime.com.br



Demanda até 2010 será de dois milhões de técnicos

Em entrevista exclusiva à **TN Petróleo** o presidente da CNI, Armando Monteiro Neto, lembra que o Brasil é um país com algumas particularidades, e que ao mesmo tempo que o desemprego atinge 10% dos brasileiros, setores específicos enfrentam a falta de profissionais. Este é, segundo o executivo, o preço que o país paga por não ter dado a importância necessária à educação.

MONTEIRO CHAMA A atenção para o fato de que, entre 1995 e 2005, a demanda do setor produtivo para trabalhadores com Ensino Médio completo passou de 2,9 milhões para 8,6 milhões, e que pesquisa realizada pelo Senai mostra que Brasil precisará de cerca de dois milhões de profissionais capacitados nas áreas técnicas entre 2006 e 2010. Esse contexto, diz o dirigente, reforça a necessidade de ações voltadas para a elevação da escolaridade dos trabalhadores, “e o programa Educação para a Nova Indústria é uma resposta ao desafio de expandir a oferta de oportunidades de formação de recursos humanos com alta qualidade”, assegura.

Muito se tem falado da necessidade de a indústria brasileira desenvolver ou adquirir novas tecnologias para ser competitiva no mercado internacional. Ao mesmo tempo, vemos todos os dias notícias sobre a enorme dificuldade encontrada pelas empresas no tocante à mão-de-obra para operar essas técnicas inovadoras. Como o senhor vê



Foto: Divulgação CNI

esse abismo entre a tecnologia do futuro e o despreparo do trabalhador brasileiro para acompanhar o avanço tecnológico?

A crescente incorporação de novas tecnologias aos processos de produção exige a atualização das competências dos trabalhadores. É um processo contínuo de aprendizagem, que começa com educação básica de qualidade, passa pela educação profissional, prossegue com o Ensino Superior e abrange, ainda, o desenvolvimento de habilidades profissionais específicas. Por isso, nos últimos anos, as pessoas com maior grau de escolaridade têm mais chances de encontrar um emprego. O Brasil concorre com nações que investem contínua e intensamente na qualidade do ensino, caso de vários países da Ásia, da Europa Central e da América do Norte. Temos, portanto, que enfrentar o desafio de expandir a oferta de oportunidades de formação de recursos humanos com alta qualidade.

Ao lançar um plano de educação de alcance nacional a CNI mostra que os empresários estão dispostos a fazer sua parte para permitir o acesso de milhões de brasileiros ao moderno mercado de trabalho. No seu entender o governo federal tem atuado de modo eficiente nesse sentido?

Dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2005 mostram que, dos 7,8 milhões de trabalhadores na indústria, 4,8 milhões – ou seja, mais de 60% – não têm a educação básica completa, e 2,4 milhões não completaram o Ensino Fundamental. Esse contexto reforça a necessidade de ações voltadas para a elevação da escolaridade

dos trabalhadores. Com a aceleração do crescimento da economia, o mercado de trabalho brasileiro vive uma situação em que faltam empregos e trabalhadores. É o preço que o Brasil paga por não ter dado a atenção necessária à educação. O programa Educação para a Nova Indústria é uma contribuição do setor produtivo ao desenvolvimento de profissionais sintonizados com o acirramento da competição nos mercados e o constante avanço tecnológico.

Recentemente, a Petrobras teve que reduzir as exigências para a contratação de mão-de-obra porque muitos trabalhadores sequer eram alfabetizados. De que forma este despreparo pode influenciar os novos empreendimentos no país? Existe alguma perspectiva de mudar esse quadro?

O Brasil é um país com algumas particularidades. Ao mesmo tempo que o desemprego atinge 10% dos brasileiros, setores específicos enfrentam a falta de profissionais. É o caso das indústrias petroquímicas, da construção civil e do setor de açúcar e álcool. Sempre que a economia cresce acima de 4%, as empresas enfrentam tal problema. O processo de expansão das empresas às vezes fica comprometido, porque elas não encontram os profissionais de que necessitam. Entre 1995 e 2005, a demanda do setor produtivo para trabalhadores com ensino médio completo passou de 2,9 milhões para 8,6 milhões, segundo dados da Rais. Estudos do Senai indicam que o Brasil precisará de cerca de dois milhões de profissionais nas áreas técnicas entre 2006 e 2010. É preciso lembrar ainda que, se os investimentos do Programas de Aceleração do

Crescimento (PAC) para os próximos anos forem de fato realizados, ocorrerá enorme falta de recursos humanos capacitados. É justamente para mudar esse quadro que a CNI lançou o programa Educação para a Nova Indústria. Ele é uma resposta ao desafio de expandir a oferta de oportunidades de formação de recursos humanos com alta qualidade.

O programa da CNI está voltado para a capacitação de mão-de-obra através do ensino técnico e, principalmente, da atualização do conteúdo dos cursos profissionalizantes. De que modo isso será feito no âmbito do sistema Senai/Sesi?

Desde que foram criadas há mais de 60 anos, as escolas do Sesi (Serviço Social da Indústria) e do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) se distinguem pelo atendimento às necessidades de capacitação de trabalhadores para a indústria. A educação nas escolas do Sesi e do Senai considera as necessidades de aperfeiçoamento dos processos de produção, estimula a criatividade, a inovação e o empreendedorismo. A definição das características da educação patrocinada pela indústria prevê a incorporação das tecnologias à produção, às peculiaridades regionais, o deslocamento da indústria das metrópoles para o interior e as novas possibilidades de organização da produção. Com unidades espalhadas em todo o país, o Sesi e o Senai acompanham a evolução da indústria, buscam parcerias, modernizam métodos e formam cidadãos capazes de atuar de maneira autônoma, crítica, consciente e participativa no trabalho e na vida pessoal.

ENSINO TÉCNICO sofre com abandono

No início de agosto, o secretário de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Alexandre Cardoso, divulgou relatório em que constata a utilização de equipamentos ultrapassados na formação de futuros profissionais em 15 escolas técnicas da rede estadual de ensino.

Na ocasião, Cardoso manifestou preocupação em relação à mão-de-obra necessária a empreendimentos como o pólo petroquímico de Itaboraí (Comperj) e da siderúrgica Thyssen CSA, em Santa Cruz, que, juntos, exigirão investimentos em torno de R\$ 20 bilhões e abrirão enorme demanda por mão-de-obra especializada.

O relatório mostrou que, além de usarem equipamentos obsoletos, as unidades voltadas para o ensino técnico apresentavam sérios problemas administrativos, como descabidas diferenças nas contas de água, luz e telefone e total falta de controle da jornada de trabalho de seus funcionários. Diante desse quadro de descontrole, as escolas registram índices de evasão que chegam a 70%, e em alguns casos seus responsáveis sequer foram capazes de informar o número correto de alunos matriculados.

A inspeção feita pelo secretário constatou que o Ensino Técnico foi relegado nos últimos anos ao mais completo abandono, e o que sobrou nas unidades da Fundação Estadual de Apoio à Escola Técnica (Faetec) foi uma infra-estrutura mínima para treinar aprendizes com métodos obsoletos e técnicas ultrapassadas. "Certamente vamos pagar muito caro por isso. Não se refaz uma rede de ensino em um ano", disse o secretário.

Entre outras coisas, a inspeção encontrou turmas de Mecânica tendo aulas práticas em motores a carburador que deixaram de ser fabricados em 2002; de Eletrônica, usando tevês a válvula para o treinamento; e falta de madeira no curso de Carpintaria. De acordo com o secretário, no Instituto de Educação havia uma turma de apenas três alunos, com professores que só trabalhavam três horas por dia. O relatório mostrou que apenas 30% dos professores cumpriam a jornada de 40 horas.

Estado responde com novo programa de capacitação

A necessidade de mão-de-obra para suprir a demanda criada pelos pólos industriais que deverão ser construídos no Rio de Janeiro nos próximos anos e a situação de abandono do ensino técnico no estado motivaram a criação de mais uma sigla e o lançamento, no último dia 23 de outubro, de um novo projeto de capacitação profissional.



CERTAMENTE VAMOS PAGAR MUITO CARO POR ISSO. NÃO SE REFAZ UMA REDE DE ENSINO EM UM ANO.



Alexandre Cardoso,
secretário estadual de Ciência e Tecnologia

OS CVTS SÃO A NOVA GERAÇÃO DE ESCOLAS TÉCNICAS, COM CURSOS FOCADOS NA ATIVIDADE DE INTERESSE DA REGIÃO. O OBJETIVO É SUPRIR COM MÃO DE OBRA LOCAL A DEMANDA DAS INDÚSTRIAS.



Alexandre Cardoso,
secretário estadual de Ciência e Tecnologia



Foto: Divulgação

A iniciativa, que prevê a construção de 18 Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) nos próximos 12 meses, é resultado de uma parceria entre os governos federal (Ministério da Ciência e Tecnologia) e estadual (Secretaria de Ciência e Tecnologia), materializou-se com a inauguração da primeira unidade em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. O investimento é de R\$ 15 milhões, dinheiro que deverá ser usado prioritariamente na compra de equipamentos.

"Esta é uma nova geração de escolas técnicas, com cursos focados na atividade de interesse de cada região. O objetivo é suprir com mão-de-obra local a demanda da indústria através de cursos de menor duração, já que serão específicos para determinada atividade. Pretendemos treinar de 2,4 mil a três mil alunos por ano para evitar um apagão de mão-de-obra que

nos obrigue a trazer trabalhadores de fora", disse o secretário de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso.

O programa também é visto como uma oportunidade de atualizar o ensino técnico. Segundo Cardoso, juntando estas novas escolas à rede Faetec, da qual fazem parte as unidades de inclusão digital que utilizam caça-níqueis transformados em computadores escolares, o governo estadual terá condições de formar, nos próximos anos, cerca de 100 mil alunos/ano. Além da parceria entre os governos federal e estadual, as prefeituras devem participar doando o terreno ou o prédio para as novas unidades, e fornecendo funcionários para serviços gerais.

O secretário adianta que recursos para outros 25 CVTs estão sendo negociados, e que o projeto completo prevê o investimento de R\$ 50 milhões

na criação de 34 CVTs. "Meu objetivo é ir mais longe e chegar a 59 unidades", acrescenta Cardoso, dizendo que dessa forma o estado alcançará 100% de cobertura na formação profissional para os próximos 10 anos. Ainda este ano deverão ser inaugurados os CVTs de Santa Cruz e Quintino, ambos tendo como carro-chefe o curso automotivo.

No CVT da Praça do Rosário, em Saracuruna, como o interesse despertado foi muito grande e existe uma fila de espera com cerca de 700 jovens, novas turmas são formadas na medida que outras são concluídas. Os alunos são escolhidos através de sorteio realizado pelos próprios candidatos, e a duração do curso principal que atenderá à indústria de plásticos é de cinco meses. Para ele foram inscritos 120 alunos com idade mínima de 17 anos, distribuídos em seis turmas. ■